

É conversando que a gente se entende por gente

(uma reflexão em 3 atos sobre a palavra)

Clarice Libânio

Beto Vianna é um escritor porreta!. Navega com fluidez pela antropologia, pela sociologia da cultura, pela linguística e por tantos outros caminhos que acaba por me surpreender a cada novo texto.

Para o Letras, o convidei a produzir um extrato da reflexão que vem fazendo nos últimos anos e já publicou em vários outros espaços, onde a diversidade linguística é um mote. Nos textos de Beto (que, por mera coincidência, é meu primo), a discussão sobre a comunicação entre iguais e entre diferentes extrapola o âmbito da sociedade humana e chega até a linguagem dos animais, aliás, nome de seu último livro. O excelente resultado está nas próximas páginas. Bom proveito!

Beto Vianna

Ato 1: A palavra e a ciência

O antropólogo americano Clifford Geertz tem um gostoso texto, bem badalado entre os acadêmicos das humanidades, chamado "Anti anti-relativismo". O título e o assunto, nos conta o autor, é recidado da expressão "anti anti-comunismo", corrente nos EUA da guerra fria. A idéia, simples apesar do jeito torcido, é exercer o direito de criticar uma crítica sem ter de concordar com o objeto criticado em primeiro lugar. O "avesso do avesso", como também se dizia uma certa época. Em tempos de perseguição macartista, essa era a saída pra se ser honesto num contexto em que salvar a pele era igualmente importante. No caso de Geertz, risco e honestidade também dançam de rosto colado: relativismo virou uma palavra tão desengonçada, tão entulhada de contradições paralisantes, que começou a dar preguiça de defender. É mais produtivo atacar os atacantes.

Mas o assunto aqui não é relativismo. Ou pode até ser por um breve momento, se atentarmos apenas para a palavra relativismo, essa que obrigou o citado antropólogo a uma defesa pra lá de tortuosa. O que acontece com a palavra - esse átomo da linguagem, tão cheio de coisas e deuses - que pode mudar assim tão impetuosamente (de uso, de significado, de forma), e, ao fazê-lo, levar pela mão todos os seus usuários - nós? Essa discussão é bem antiga, e talvez seja a discussão fundadora do que se chamam hoje ciências linguísticas. Pressionados por apertar um fenômeno irreduzivelmente relacional - a linguagem - em uma categoria natural bem definida, como reza a nossa tradição, os filósofos e cientistas ocidentais sempre trocaram alguns tapas acerca da gênese e do desenvolvimento da palavra. Afinal a palavra é inata, aprendida? Presente dos deuses, flor bruta do acaso? Imposta, democrática? Tudo isso perguntaram-se antes e se perguntam hoje nossos doutos fazedores de teorias e nossos artífices do laboratório e do campo. Se você ler em algum manual de linguística que essa questão hoje é consensual, pelo menos desconfie.

Uma das razões para tanta dificuldade de consenso em torno da linguagem - e me perdoe se pareço relativista - é justamente o duplo caráter relacional da linguagem: a sua construção social e a impossibilidade de lançarmos mão de outro meio, que não ela

mesma, para se falar da própria linguagem. Nossa tradição investigativa não tem muita paciência em deixar "desamarrado" um objeto de inquirição, e entenda aí, por "amarrado", o investigador assumir um lugar de inquirição independente daquilo que acontece com o objeto investigado. Só que a palavra tem a estranha propriedade de deixar tudo diferente (nós, inclusive) quando muda de lugar. Não sei nada sobre física quântica, mas acho que ela deve ter alguma coisa a ver com o que estou dizendo. A linguística, que, como toda ciência, faz questão de parecer que é ciência, tem que se virar para segurar esse objeto rebelde em esquemas explicativos compatíveis com o Santo Graal da objetividade científica. Nessa seara, ninguém quer ser chamado de relativista, que equivale à pecha, ao menos nesse contexto (ai, as palavras!), de charlatão, alquimista, ou, no mínimo, preguiçoso intelectual.

O caso é que, quando se amarra um objeto assim dinâmico nas teias da objetividade, multiplicam-se os problemas (ainda que sempre possamos inventar um esquema explicativo para demonstrar que não há problema algum). Por exemplo, quando dizemos que as palavras surgem de um "esquema mental" específico do humano, estamos mesmo explicando a gênese e o desenvolvimento da palavra ou só enfiando o mistério pra debaixo do tapete? É como dizer que a vida (quando queremos explicar a origem da vida) veio do espaço extraterrestre. Pode até ter vindo, mas que diabo de explicação é essa? Não é a toa que outro antropólogo americano, Gregory Bateson, referiu-se aos princípios explicativos - esse acordo de cavalheiros que fazem os cientistas quando se cansam de tentar explicar alguma coisa - como uma caixa-preta.

Ato 2: A palavra e a cultura

Uma boa idéia é deixar o objeto solto, o que não quer dizer deixar a explicação solta. Ao contrário, é assumir (ou aceitar) que faz parte da explicação o fato do objeto ter esse comportamento "quântico", digamos. Que ele não pode ser amarrado nos moldes da objetividade tradicional, se o que queremos é montar um mecanismo satisfatório que gere o fenômeno da linguagem, e que siga o percurso histórico da palavra em desenvolvimento. E não é só a linguagem que precisa ser tratada de forma diferente, mas também o outro objeto implicado no fenômeno da linguagem: nós, os usuários da língua. Ao

utilizarmos a linguagem, estamos descrevendo o mundo de objetos e a nós mesmos, incluindo, como é o caso aqui, a própria linguagem. Estamos utilizando o dedo pra apontar para um anel no dedo, circularidade inescapável e que, ao contrário do tão mal-afamado "pensamento circular" (que ao lado do relativismo e do antropomorfismo compõe a pecaminosíssima trindade em ciência), preserva, na descrição, tanto o anel quanto o dedo. A explicação deve compreender, portanto, tanto uma descrição da palavra quanto daquele ou daqueles que dizem a palavra. Em outras palavras (ai, as palavras!), uma explicação do fenômeno relacional da linguagem precisa ser um mecanismo gerativo onde surgem, ao mesmo tempo, a linguagem e os seus usuários.

Mas como entra a fala na vida do falante? Boa pergunta, mas neste ato 2 quero pegar a reflexão pelo meio, o momento em que nós, usuários da palavra, já estamos imersos na prática do conversar. Faço isso por que quero que minha explicação (se é que vou conseguir dar uma explicação) tenha a ver com o fenômeno tal como observado e descrito por mim, e não a partir de um princípio explicativo, de uma caixa-preta.

Vamos atentar para as palavras linguagem e língua. Podemos pensar em linguagem como um sistema humano universal e língua como uma expressão particular da linguagem (as línguas específicas: o português, o japonês). Segundo esse pensamento, a palavra que muda (de uso, de significado, de forma) é um microcosmo do fenômeno mais abrangente das línguas, que também se diferenciam (no uso, significado, forma) entre si, no tempo e no espaço. O problema é que não consigo experienciar a linguagem sem uma língua que lhe dê expressão. Usamos, mesmo, várias línguas, dependendo da situação em que nos encontramos, das pessoas com quem conversamos, da atividade que exercemos. "Bola" não é a mesma palavra num estádio de futebol, numa batida policial anti-drogas e (borrando a distinção entre estilo e língua) num país africano de fala iorubá. Sugiro que a relação gerativa crucial não é entre um sistema abstrato ("A Língua") expresso por uma língua particular, mas entre uma rede de conversas, e os pontos nodais dessa rede, as palavras, consensualmente utilizadas pelos usuários da língua. Assim, não é bem a palavra que entra na vida do usuário, mas os usuários que entram na vida uns dos outros, ao par-

tilhar palavras consensualmente utilizadas. Ou não entram, ou até saem da vida uns dos outros, quando se rompe o uso consensual das palavras, o pertencimento a uma rede comum de conversas.

Costumo dar o exemplo dos Urubu-Kaapor (povo indígena do Maranhão que já recebeu a atenção do mago Darcy Ribeiro). Os Kaapor não fazem a distinção entre surdo e não-surdo, ou, se a fazem, isso não faz diferença na prática, como faz para nós, cara-pálidas. Nossos surdos são obrigados a se adequar política e linguisticamente ao restante da sociedade, ao passo que são os demais membros da sociedade Kaapor que se “ensurdecem”, falando todos a língua de sinais. O que chamamos de surdos, para os Kaapor são monolíngues (em oposição aos demais, bilíngues), e mesmo essa diferença desmancha no ar, pois os Kaapor acolhem seus monolíngues na convivência. Bem diferente da maneira como nós, brasileiros usuários da norma culta, da cultura letrada, e falantes de inglês, acolhemos nossos pobres, analfabetos e monolíngues. Assim, um som ou um elemento da língua de sinais (um gesto) só se torna palavra quando utilizada consensualmente por seus usuários. A linguagem é esse espaço de convivência (por isso necessariamente relacional, necessariamente dinâmica e necessariamente histórica) e não um sistema de elementos constituintes, cada um já determinado em seu uso, significado ou forma.

Ato 3: A palavra e o humano

Quanto ao usuário da linguagem, não deve passar despercebido que este é, se não um humano, ao menos um ser vivo, e isso implica que a sua biologia (o seu modo de vida) é uma descrição crucial para explicar a linguagem. Os biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela trataram exatamente disso nos anos 70, no caminho explicativo que chamaram Biologia do Conhecer (BC). Partiram da descrição do vivo (a biologia) para uma compreensão do seu espaço relacional (a cognição). E partiram da descrição do usuário da palavra (que chamaram de “observador”) para uma compreensão do seu espaço relacional (a linguagem).

Estamos acostumados a falar de fisiologia e comportamento (ou biologia e cultura, cru e cozido) como ligados em um sistema de causa-e-efeito: o segundo termo é gerado, ou produzido, pelo primeiro. Uma

distinção feita na BC, e de que gosto mais, é que fisiologia e comportamento são dois domínios distintos, disjuntos, e que não se intersectam. O que acontece com qualquer ser vivo tem a ver, por um lado, com a sua fisiologia: uma dinâmica de relações internas, ininterruptas, desde o surgimento do organismo até sua morte. Mas a dinâmica do viver não apenas mora na fisiologia, como também nas constantes interações do organismo com os elementos do seu entorno: o comportamento. Nesse caso, há uma adaptação contínua do organismo ao ambiente. Não podemos romper qualquer dessas duas relações - a dinâmica interna e a adaptação ao meio - sem interromper o viver do organismo. A dinâmica de cada um desses domínios - fisiologia e comportamento - ainda que operacionalmente disjuntos, traz consequências uma para a outra, pois a história de mudanças estruturais (fisiológicas) irá selecionar as possibilidades de interação do organismo, bem como a história de interações do organismo irá influir no curso de suas mudanças estruturais.

E o que acontece, então, quando parte do entorno do organismo (o meio com o qual ele interage) é outro organismo? Ou esse encontro é fortuito, e cada organismo vai por seu lado após a interação, ou essa interação é recorrente, ou seja, é estabelecida uma história de interações entre esses dois organismos, em que a fisiologia de ambos irá mudar de modo coerente com essa história de encontros repetidos. Se essas interações recorrentes forem, além disso, recursivas (em que os resultados comportamentais da interação são utilizados como elementos das interações subsequentes) podemos dizer que os organismos estão em um domínio linguístico. Nesse ponto, muita gente irá torcer o nariz para o que estou dizendo, acusando-me (injustamente, vou tentar argumentar) de cometer o pecado de antropomorfismo: chamo as relações recursivas de qualquer ser vivo de linguísticas, usando um termo tradicionalmente reservado ao humano.

Vamos lembrar, porém, que, no esquema explicativo que estou utilizando aqui, não faço referência a nenhum elemento previamente descrito das línguas humanas - seja som, gesto ou desenho particular - para falar de linguagem. É claro que qualquer som, gesto ou desenho particular pode pertencer à linguagem, mas isso é definido historicamente, no consenso dos participantes da rede de conversas. Se há recursão, se há con-

senso, se no curso da interação aquele som, gesto ou desenho é distinguido como um elemento no comportamento consensual, ele fará parte da linguagem na descrição do observador. E quem é o observador? Aquele que descreve esse comportamento consensual, usando, é claro, a própria linguagem!

Por isso, na imensa maioria das vezes (há casos em que descrevemos as interações com e entre organismos não-humanos como participantes de nossa rede consensual), nós humanos, estaremos descrevendo apenas outros seres humanos como nossos parceiros legítimos de relações linguísticas. Somos colegas de palavra... E, devemos admitir, nem todos os humanos, como nesses muitíssimos e infelizes casos em que preferimos chamar o outro de surdo, ao não aceitarmos esse outro na convivência.

Referências bibliográficas e sugestões de leitura:

O texto de Clifford Geertz, *Anti anti-relativismo* encontra-se em *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Tradução de Vera Ribeiro.

O texto de Gregory Bateson sobre a caixa preta é o metadiálogo “What is an instinct”, em *Steps to an ecology of mind*. New York: Ballantine Books, 1972.

Sobre a língua dos Urubu-Kaapor, tem o texto de Jim Kakumasa, “Urubu-Kaapor Sign Language”, 2004, disponível em: <http://www.sil.org/americas/brasil/publcnsl/ling/UKSgnL.pdf>. Os relatos de Darcy Ribeiro entre os Kaapor estão em *Diários índios: os Urubu-Kaapor*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

Sobre a Biologia do Conhecer, sugiro o livro de Humberto Maturana e Francisco Varela, *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do conhecimento humano*. São Paulo: Palas Athena. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin.

Outros textos meus sobre linguagem não-humana, domínio linguístico e outros assuntos afins encontram-se disponíveis para download em <http://www.biolinguaagem.com/artigos.html>.

Beto Vianna é linguista. Contato: btvianna@gmail.com
www.biolinguaagem.com